



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0001342-27.2015.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da 1ª Vara da comarca de Sombrio

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 25/2015

Período da correição: 24-8-2015 a 23-10-2015.

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo

Assessora Correicional: Karolina Oliveira Fontanela



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 6/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Sombrio

Unidade: 1ª Vara

Municípios integrantes: Sombrio e Balneário Gaivota

Juiz titular: Pablo Vinicius Araldi

Chefe de cartório: João Júnior Colodel

Última correição por equipe da CGJ/SC: 9-3-2012 – 0010407-51.2012.8.24.0600

Competência: Res. 34/2008 – TJ "[...] Art. 1º Compete, privativamente, à 1ª Vara da comarca de Sombrio processar e julgar os feitos cíveis em geral e matérias da Fazenda Pública, acidentes do trabalho, mandados de segurança, ações civis públicas (arts. 94, 99 e 100 do CDOJESC) e as causas cíveis de menor complexidade (Lei n. 9.099/1995) [...]"

Res. 03/2005 – TJ "[...] VIII – nas comarcas de Fraiburgo e de Sombrio: a) cria-se a 2ª Vara, com competência privativa, na área cível, para causas de menor complexidade (Lei Federal n. 9.099/1995) e matérias de família, sucessões, registros públicos, usucapião, infância e juventude, órfãos, ausentes, interditos, provedoria, resíduos e fundações (arts. 96 a 98 e 101 do CDOJESC), e, na área criminal, para todas as ações penais, inclusive aquelas de menor potencial ofensivo (Lei Federal n. 9.099/1995), cartas precatórias criminais, execução penal e corregedoria dos Presídios (art. 93 do CDOJESC); b) transforma-se a atual Vara Única em 1ª Vara, com competência privativa para feitos cíveis em geral e matérias de fazenda pública, acidentes do trabalho, mandados de segurança e ações civis públicas (arts. 94, 99 e 100 do CDOJESC [...])"

Entrância: Final

Data da instalação/lei de criação: 17-9-1966 – Lei n. 3.787/65

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ5 – Processos eletrônicos

ACERVO PROCESSUAL

Indicador		Valor	
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		2.622
1.1.2	Processos em andamento	2.297	
1.1.3	Procedimentos em andamento	325	
1.1.4	Fluxo de trabalho sem movimento há mais de 100 dias		588
Cível-Genérico-Processo			
1.1.4.1	Ag. Análise do cartório	1	
1.1.4.2	Ag. Encerramento do Ato	123	
1.1.4.3	Ag. Prazo	86	
1.1.4.4	BacenJud – Concluso Decisão	1	
1.1.4.5	Concluso para Decisão Interlocutória	4	
1.1.4.6	Concluso para Despacho	7	
1.1.4.7	Concluso para Despacho Saneador	23	
1.1.4.8	Concluso para Julgamento Antecipado	1	
1.1.4.9	Concluso para Sentença	12	
1.1.4.10	Concluso 1	1	
Execução Fiscal - Processos			
1.1.4.11	Ag. Encarremamento do Ato	214	
1.1.4.12	Análise do cartório – Trânsito em Julgado	6	
1.1.4.13	Concluso 7	25	
Juizado Especial Cível			
1.1.4.14	Ag. Encerramento do Ato	12	
1.1.4.15	BacenJud – Bloquear valor	1	
1.1.4.16	BacenJud – Concluso decisão	1	
1.1.4.17	Concluso para Decisão Interlocutória	14	
1.1.4.18	Concluso para Despacho	2	
1.1.4.19	Concluso para Julgamento Antecipado	27	
1.1.4.20	Concluso para Sentença	27	
Indicador		Valor	
1.1.5	Outros setores	Total	+ 100 dias
1.1.5.1	Serviço Social	2	0
1.1.6	Observações		
a) Informações obtidas em 29-10-2015.			
b) O SAJ5 foi instalado na unidade em 4-8-2014.			



1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	9.870
1.2.2	Processos em andamento	9.479
1.2.3	Procedimentos em andamento	391
1.2.4	Processos sem movimento há mais de 180 dias	2.932
1.2.5	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: setembro de 2015.		

PROCESSOS EM CARGA

	Indicador	Valor
1.2.6	Quantidade total de processos em carga	3.139
	Local	Total + 100 dias
	Cargas internas	
1.2.7	Contadoria	119 0
1.2.8	Distribuição	5 2
1.2.9	Juiz (Pablo Vinicius Araldi - titular)	428 2
1.2.10	Juiz (Evandro Volmar Rizzo)	40 0
1.2.11	Juiz (Fernando Cordioli Garcia)	29 29
1.2.12	Juiz (Stefan Moreno Schoenawa)	2.192 2.021
1.2.10	Ministério Público	3 1
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ	
1.2.11	Advogado	252 31
1.2.12	Leiloeiro	7 6
1.2.13	Perito	9 0
1.2.14	Procuradorias	55 2
1.2.15	Observações	
Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: setembro de 2015.		

PROCESSOS CONCLUSOS

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.2.16	Quantidade total de processos com o juiz	586	2.689	3.275

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensal
1.2.17	Janeiro a dezembro de 2013	3.246	270
1.2.18	Janeiro a dezembro de 2014	2.779	231
1.2.19	Janeiro a setembro de 2015	2.100	233
1.2.20	Observações		
Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).			



1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	141	2
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		5	0
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		55	1
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		0	0
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		24	7
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		12	3
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		96	6
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	Não se aplica	Não se aplica
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	Não se aplica
1.3.10	Observações	a) Primeira verificação em 18-8-2015. b) Segunda verificação em 29-10-2015. b.1) Item 1.3.1: os 2 registros encontrados são novos. b.2) Item 1.3.3: o registro encontrado é novo. b.3) Item 1.3.5: os 7 registros encontrados são novos. b.4) Item 1.3.6: os 3 registros encontrados são novos. b.5) Item 1.3.7: os 6 registros encontrados são antigos. c) Orienta-se que o(a) chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm . As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade.		



1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.3.11.1	Cartório - recebido do advogado	24	6	16	7
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.3.11.2	Cartório - aguardando	12	4	9	3
1.3.11.3	Cartório - aguardando AR	107	28	123	30
1.3.11.4	Cartório - aguardando carta precatória	136	99	142	95
1.3.11.5	Cartório - aguardando confecção de relação	692	286	454	126
1.3.11.6	Cartório - aguardando mandado	205	46	195	69
1.3.11.7	Cartório - aguardando publicação de relação	587	70	719	32
1.3.11.8	Cartório - arquivar	99	62	253	59
1.3.11.9	Cartório - escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.3.11.10	Cartório - escaninho do advogado	26	16	344	83
1.3.11.11	Cartório - escaninho do juiz	501	244	135	6
1.3.11.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	28	3	19	3
1.3.11.13	Cartório - escaninho do promotor	4	0	3	0
1.3.11.14	Cartório - prazo 1 a 31	300	145	295	162
	Expedição/cumprimento				
1.3.11.15	Cartório - cumprir despacho	815	605	499	137
1.3.11.16	Cartório - cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.3.11.17	Cartório - expedir alvará	53	13	31	15
1.3.11.18	Cartório - expedir correspondência	0	0	0	0
1.3.11.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.11.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.11.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.11.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.3.11.23	Cartório - aguardando juntada	0	0	0	0
1.3.11.24	Cartório - aguardando petição	104	4	84	1
1.3.11.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	34	32	31	30
1.3.11.26	Observações				
	a) Primeira verificação em 18-8-2015.				
	b) Segunda verificação em 29-10-2015.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	20	0
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica

1.4.7	Réu preso	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	Preso provisório	Não se aplica	Não se aplica
			Preso definitivo	Não se aplica	Não se aplica
1.4.7.1	Réu preso - total		Não se aplica	Não se aplica	



1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-7-2015)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	3.884	1.776
	Petição intermediária		444	209
	Peticionamento eletrônico		56	37
	Mandados		17	8
	AR		50	19
	Execução de sentença		11	0
	Incidente processual		83	0
	Ação incidental		0	0
	Movimentação		622	39
	Pauta de audiências		22	0
	Carga		1.205	1.032
	Cartas recebidas		141	97
	Processo		268	19
	Recurso		0	0
	Usuário	965	316	
1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"		2.233	2.209
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros		Não se aplica	Não se aplica
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias		21	49
1.4.12	Observações			
a) Primeira verificação em 18-8-2015. a.1) Item 1.4.9: dos 2.233 processos, 1.266 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 967 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". b) Segunda verificação em 03-11-2015. b.1) Item 1.4.9: dos 2.209 processos, 1.242 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 1.105 apresentam registro de local físico "sala de arquivo".				



1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	398	6
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012, nos Juizados Especiais.		309	280
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		4	4
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2015, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2012.		6	6
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		97	87
1.5.6	Observações			
a) Primeira verificação em 18-8-2015. a.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de julho de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. a.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6. b) Segunda verificação em 29-10-2015. b.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de setembro de 2015 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.				



1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não alimentado	Alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Não se aplica	Não se aplica
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.6.6	Observações	a) Primeira verificação em 18-8-2015 a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 11-9-2014 a.2) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ. b) Segunda verificação em 29-10-2015.. b.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 22-10-2015. b.2) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.		



1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Não se aplica	Não se aplica
1.7.2	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade.		



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 06 de novembro de 2015.

Perla Maria Fusinato Schappo
Assessora Técnica Correicional – Mat. 9.914

Karolina Oliveira Fontanela
Analista Jurídico - M23561